

A Clínica de Orientação Infantil do IPUB: um olhar sobre a participação feminina na constituição dos saberes e práticas psi no Brasil

Ana Maria Jacó-Vilela

Professora Adjunta do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

amjaco@uol.com.br

Maria Cláudia Novaes Messias

Aluna do curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) /
Bolsista PIBIC/CNPq

mariaclaudia_novaes@yahoo.com.br

Camilla Felix Barbosa

Aluna do curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) /
Estagiária voluntária

camilla-felix@hotmail.com

Filipe Degani Carneiro

Aluno do curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) /
Bolsista CNPq

lipedegani@yahoo.com.br

Este trabalho é fruto da pesquisa *Mulher e Psicologia no Rio de Janeiro (1930-1962): entre ser educada e educar*, na qual investigamos a participação feminina como produtora, reprodutora e objeto dos discursos e práticas psicológicas, visando ressaltar a sua contribuição a este campo de saber.

Por entendermos que, na sociedade moderna, o trabalho – seja de produção e/ou transmissão de conhecimento, seja técnico ou não – se localiza em âmbito institucional, optamos por estudar algumas instituições relevantes no Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, momento anterior à regulamentação da profissão, mas que, segundo a historiografia, já havia atividade em Psicologia.

Para percorrer os caminhos que levaram à inserção da mulher na Psicologia, nos detemos nas transformações ocorridas no Brasil especialmente a partir da década de 1920, em um contexto que se destaca pela ampla difusão dos ideais higienistas, que influenciam inúmeros aspectos da vida cotidiana (JACÓ-VILELA et al, 2004), e pela constituição de uma medicalização social, em que se insere a psiquiatria, então se construindo como um novo instrumento de poder e controle (AMARANTE, 1994). Os higienistas empenhavam-se, desde o século XIX, na normatização da sociedade, visando uma formação sadia, organizada e livre de desvios, devendo a “desordem” ser eliminada ou devidamente controlada através de projetos profiláticos e reparadores. Dessa forma, além da reorganização dos espaços físicos, ocorre uma produção de idéias moralizantes que se expressavam através de novas formas de regulação das condutas humanas e dos fenômenos sociais (COSTA, 1979; SCHWARCZ, 1993).

1. A infância no centro das preocupações intelectuais brasileiras no início do século XX

No contexto da virada dos séculos XIX-XX, mulher e infância se tornam alvo privilegiado das intervenções higienistas. Se a dita “constituição biológica do sexo feminino”, símbolo de fragilidade, irracionalidade e emotividade, se tornou um fator limitante de sua posição na esfera pública e privada, agora ela engendra um novo papel para a mulher: educar os futuros cidadãos do Brasil moderno e civilizado que se intentava construir. A infância torna-se a fase da vida propícia para a higiene mental, onde se poderia com maior facilidade combater os desajustamentos e conflitos.

Também na década de 1920, sobretudo através da Medicina Legal e da Psiquiatria, a psicanálise penetra de forma incisiva no Brasil, atrelada aos projetos civilizatórios higiênicos e eugênicos de formação moral do povo brasileiro. Ao passo que reafirmava o determinismo biológico, com a teoria dos instintos inconscientes, apontava para uma necessidade de domesticação desses impulsos primitivos. A solução seria o desenvolvimento de um superego forte pela via da educação.

Nesta apropriação da psicanálise feita no Brasil (RUSSO, 1998), a ênfase freudiana na experiência e na fantasia infantis é vinculada às propostas preventivas direcionadas às crianças, com o intuito de prevenir a neurose e o desajustamento psíquico. Enfatiza-se a responsabilidade dos pais em prover uma educação adequada, não-repressora e, ao mesmo tempo, que não fornecesse zelo e carinho excessivos, a fim de canalizar a sexualidade infantil para vias civilizadas.

A inserção dos saberes psicológicos nas propostas educacionais brasileira está imersa nos ideais do movimento da Escola Nova. Em meados do século XIX, o discurso sobre a importância da educação para a construção de um país moderno já era comum nos meios político e intelectual, marcado inclusive por intensa crítica à situação educacional no país. A escola passou, então, a ser objeto central na proposta de reformulação de costumes da população.

A noção de indivíduo como unidade básica de análise apoiou os procedimentos de mensuração das faculdades mentais através dos testes psicológicos de inteligência, aptidão e personalidade. Existentes desde o começo do século, os testes passam a ser o instrumento de base para o trabalho dos educadores, visto que lhes davam a medida de inteligência, aptidão e personalidade das crianças que deveriam educar (NUNES, 1994), além de avaliarem os sistemas de ensino quanto à sua eficiência. Desta forma, o índice obtido por cada criança nos testes se tornou justificativa para o poder regulador do Estado sobre cada uma delas e suas famílias.

A psicologia chegara ao Brasil como um novo saber, moderno e científico, servindo perfeitamente aos objetivos da construção da nação. Logo é direcionada e incorporada à educação, na qual vai se afirmar.

Médicos e pedagogos têm, pois, seus interesses despertados pelas formas de profilaxia, tratamento e atendimento à infância. Esse enfoque na “prevenção” e “correção” dos “desvios de comportamento” provém dos princípios de “adaptação” da “criança problema” ao meio social e à família e se inscreve na continuidade do projeto de higienista. As mulheres, enquanto cuidadoras, vão estudar psicologia e suas descobertas acerca do desenvolvimento humano e das diferenças individuais (MARIANI, 1982), aperfeiçoando-se no papel de promotoras dos ideais educacionais brasileiros.

2. Breve incursão sobre a questão de gênero na história da psicologia no Brasil

A presença feminina se torna predominante na medida em que a psicologia se afasta da ênfase nos laboratórios experimentais do início do século XX, deixando de se

apresentar somente como “ciência pura” e tornando-se um saber relativo ao cuidado do outro. Nas poucas referências à mulher encontradas na literatura psicológica, normalmente ela está presente na atividade prática, no exercício profissional, cabendo ao homem a docência, a pesquisa e os encargos administrativos.

A evidência biológica, por si só, não seria determinante para a construção das relações estabelecidas entre homens e mulheres. Ao contrário (Laqueur, 2001), as relações sociais determinam o significado dos sexos e prescrevem sua atitude no mundo. Assim, homem e mulher devem ser pensados como corpos simbólicos, que representam crenças, preconceitos, normas e valores de certo contexto social e histórico. A construção do conceito de gênero vai ao encontro deste ponto de vista, na constatação de que cada sociedade lida com estas questões de forma diferenciada. Mead já explicitava que “as padronizadas diferenças de personalidade entre os sexos são desta ordem, criações culturais às quais cada geração, masculina e feminina, é treinada a conformar-se” (MEAD, 2006 [1935], p.269).

A questão de gênero se insere no âmbito de outras tantas questões que são produzidas e construídas historicamente, como etnias, classes sociais, faixas etárias etc. e, principalmente, que são atualizadas nas práticas cotidianas, nas quais se afirmam as categorias feminino e masculino como realidade, naturalizadas: “A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e reprodução biológica e social” (BOURDIEU, 2005, p. 45).

Observa-se, pois, que as relações de gênero são necessariamente atravessadas por relações de poder, onde se estabelecem jogos de força em constante tensão visando afirmar saber, posição e importância. As relações de gênero, exemplificando relações de poder, norteiam a posição dos sujeitos em relação a si e ao outro, constituindo práticas cotidianas que, com o tempo, parecem que sempre fizeram parte da compreensão da realidade.

Observamos que no período de emergência da Psicologia no Brasil, as mulheres que se dedicaram a esse campo, provinham, em maioria, da educação, área que possibilitou a inserção feminina no mercado de trabalho (MESSIAS, 2007) e que demonstrou grande interesse na utilidade da Psicologia, a partir das diretrizes do movimento escolanovista. Enquanto isso, os homens que se dedicaram ao estudo do saber *psi* tinham, majoritariamente, formação médica, um campo eminentemente masculino.

É a partir disso que pensamos as relações de gênero que se estabelecem e foram/são estabelecidas na constituição das práticas psicológicas, conforme o caso que trataremos a seguir.

3. A Clínica de Orientação Infantil (COI)

A relação já estabelecida entre psicologia e infância, em um primeiro momento a partir da educação, inicia sua expansão para o atendimento e orientação infantil, dentro das prerrogativas profiláticas em voga. Nas décadas de 1940 e 1950 são criadas as chamadas “Clínicas de Orientação”, inspiradas em serviços congêneres da Inglaterra (Tavistock Clinic) e dos Estados Unidos (Institute for Juvenile Research), que utilizavam o modelo de “Child Guidance” (ABRÃO, 2001), voltado à investigação, cuidado e atendimento das crianças/adolescentes e suas famílias, visando o seu melhor ajustamento ao meio social. Nessas clínicas de orientação são iniciadas as primeiras experiências em atendimento psicoterápico infanto-juvenil.

No Rio de Janeiro, nesse período, houve três clínicas de orientação infantil: a) Centro de Orientação Juvenil (COJ) do Departamento Nacional da Criança (DNCr),

fundado em 1946, a primeira clínica pública de orientação de jovens da América Latina, com um trabalho interdisciplinar que oferecia à comunidade serviços de diagnóstico e tratamento nos setores de Serviço Social, Psiquiatria e Psicologia. Dentre inúmeras mulheres, contou com Elisa Dias Velloso e Therezinha Lins de Albuquerque, importantes personagens na constituição do Sistema Conselhos de Psicologia (JACÓ-VILELA et al., 2007); b) a Clínica de Orientação Infantil (COI) do Departamento Nacional de Saúde Mental (DINSAM), fundada em 1950 pela médica psiquiatra e pioneira psicanalista Maria Manhães, seguindo o modelo assistencial higienista e particularizando-se pelo atendimento de filhos de pacientes psiquiátricos; e c) a Clínica de Orientação Infantil do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil (COI-IPUB), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, fundada em 1953, durante a gestão de Maurício Campos de Medeiros (1885- 1966) como diretor do IPUB (1946-1955), ainda sob influência dos ideais higienistas.

A COI-IPUB surgiu da necessidade de se criar um serviço para atendimento exclusivamente infantil, pois, até então, as crianças eram atendidas no setor de psiquiatria, sob regime ambulatorial, juntamente com os adultos. Vinculada à Cátedra de Psiquiatria da Faculdade de Medicina, seu trabalho tinha como um dos objetivos ser um campo de estágio e de elaboração de material didático para a Cátedra.

Inicialmente, a direção da Clínica coube ao psiquiatra José Afonso Netto. A orientação psicológica ficou a cargo de Marialzira Perestrello. Também faziam parte da equipe fundadora o pediatra Vidal Dutra Filho e os psiquiatras Mara Salvine de Souza, Ana Elisa Mercadante, Fernando Nogueira de Souza e William Azmar. Perestrello menciona ainda a presença de Jovita Madeira, assistente social, e Germana Figueiredo, psicóloga (ABRÃO, 2001).

Em 1954, Décio Soares de Souza, recém-chegado de formação analítica na Inglaterra, passa a trabalhar na COI, sendo o diretor da Clínica de 1956 a 1958. Décio é apontado como tendo introduzido a psicanálise de crianças na COI (ABRÃO, 2001). Em 1959, Marialzira Perestrello é quem assume a direção.

A COI destinava-se ao atendimento de crianças de dois a doze anos, de ambos os sexos, portadores de problemas psiquiátricos e emocionais relativos à conduta, linguagem, escolaridade, hábitos e problemas psicossomáticos. Os casos que demandavam outras especialidades como psicopedagogia e neurologia eram encaminhados após triagem.

O atendimento consistia de algumas etapas: a assistente social fazia a inscrição e primeira entrevista com os responsáveis; ainda com eles, o médico psiquiatra colhia dados do histórico de vida da criança, seu desenvolvimento, seus hábitos antecedentes e da família; em seguida, era realizado o exame neuropediátrico; depois, a etapa chamada de “hora do brinquedo”, na qual eram observadas as reações e o estado emocional da criança através de uma atividade lúdica, o que normalmente era realizado por um médico com formação analítica; finalmente cabia ao psicólogo a realização de exames psicológicos por meio da aplicação de testes. Eram utilizados testes de verificação de nível mental como Binet-Terman e Cubos de Kohs; testes de personalidade como o Rorschach, Fábula de Duss e TAT. Posterior a essa coleta de dados, os casos eram discutidos pela equipe em reuniões semanais, em que cada técnico apresentava as suas conclusões. A equipe multidisciplinar era formada por médicos, psiquiatras, neuropediatra, psicólogo e assistente social. Visava um diagnóstico para posterior planejamento do tratamento, que poderia consistir em sessões de psicanálise, orientação medicamentosa, sessões de psicoterapia, orientação familiar ou encaminhamento para tratamento particular.

Em 1980, por motivos administrativos, foi anexada à COI o Setor de Adolescente do Instituto de Psiquiatria, criado pela psicóloga Júlia Chermont e pelo médico Edson Saggese, dando origem ao setor Infanto-Juvenil, no qual a orientação era principalmente psicanalítica. No bojo das transformações provocadas pela Reforma Psiquiátrica, em 1998, a então Clínica Infanto-Juvenil foi transformada em um dos primeiros Centros de Atenção Psicossocial infantis do Brasil, sob o nome de Centro de Atenção e Reabilitação da Mocidade (CARIM), mantido com verbas do SUS e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 2004, o CARIM se mantém, mas o serviço ambulatorial e o serviço de psiquiatria da infância e adolescente tornam-se setores independentes.

Portanto, consideramos que a COI emergiu em um momento de grande preocupação com a infância e de intervenções profiláticas no seu desenvolvimento psíquico. Nas diversas clínicas criadas era forte a participação de mulheres na área da psicologia. Sendo chamadas de “psicologistas”, elas ofereceram, através de suas práticas e lutas, contribuição essencial para a autonomização, regulamentação e fortalecimento da psicologia no Brasil.

Nossa pesquisa empreendida até o momento sobre a COI/IPUB encontrou algumas dificuldades no tocante a contactar e entrevistar personagens de destaque, por motivos que vão desde informações insuficientes para localização até a não-aceitação de ser entrevistado por parte de alguns. Realizamos duas entrevistas com personagens que atuaram na COI/IPUB: a primeira, com Marialzira Perestrello, uma das fundadoras da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (1959); a segunda, com Rochelle Gabbay, assistente social, que estagiou e realizou seu trabalho de conclusão de curso na COI em 1969 e que trabalha até hoje no IPUB.

Ambos os relatos atribuem destaque à psicanálise na COI. Em que se leve em conta ser esse o campo de atuação das entrevistadas (Rochelle também, posteriormente, vem a fazer formação analítica), de qualquer forma, somos levados a concluir pelas informações bibliográficas obtidas que, de fato, a COI foi um ambiente maçicamente influenciado pela psicanálise, o que se justifica, a nosso ver, pela vinculação da Clínica ao cenário psiquiátrico. A psicologia permanece presente, entretanto restrita ainda à atuação de psicodiagnóstico e ao uso de testes.

Um cenário diferente foi encontrado no COJ-DNCr. Embora também integrante dos quadros do Ministério da Saúde, o DNCr não possuía forte presença da psiquiatria, vinculando-se mais à pediatria e puericultura. No COJ, que apresentava o mesmo modelo de “Child Guidance”, marcado por um contexto multiprofissional, contando com psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais, os nomes de destaque são das psicólogas, que eram em maior número que os/as psiquiatras. A psicologia no COJ também se dedicou inicialmente ao psicodiagnóstico; entretanto, ali o serviço foi se aperfeiçoando em psicoterapia infantil, notadamente pela influência da psiquiatria infantil americana Reba Campbell. Foi uma instituição pioneira no campo da psicologia clínica no cenário psi carioca na década de 1950, época de grandes embates em torno da psicoterapia, com setores da psiquiatria querendo tal atividade sob exclusividade de atuação médica e com as sociedades “oficiais” de psicanálise vedando a formação psicanalítica aos psicólogos e não-médicos.

A COI do DINSAM, por sua vez, assemelha-se em sua configuração à COI do IPUB devido a sua forte orientação psicanalítica e à adoção do modelo de trabalho multidisciplinar. Não obtivemos informações sobre nomes atuantes na instituição, com exceção de Maria Manhães, personagem que se atrela fortemente à história da instituição e que também foi entrevistada por nós. Nos poucos materiais analisados, ela é a grande referência e tida como a influência principal da abrangência da prática

psicanalítica de crianças desenvolvida na clínica. Sobre a prática da psicologia nada sabemos, mas presumimos que também estava voltada para o psicodiagnóstico e aplicação de testes.

Um interessante dado relatado por Marialzira Perestrello em entrevista (também encontrado em ABRÃO, 2001) sobre o retorno do casal Danilo e Marialzira Perestrello da sua formação psicanalítica na Argentina, em 1949, mostra claramente a vinculação infância/mulher atravessando o campo profissional *psi*:

Eu nunca fui psicanalista de crianças, eu trabalhei na área infantil, mas sem querer ser psicanalista de crianças. Eu só analisei duas menininhas pequenas, isto pela orientação que eu recebi (...) Arminda Aberastury achava que todo analista de adulto deveria ter uma experiência em análise infantil (...), porque o inconsciente está ali, à flor da pele. Então, quando eu cheguei no Rio de Janeiro, me telefonavam e aí vinha o preconceito, de mulher e homem. Pensavam, psicanalista de adultos era o meu marido, psicanalistas de crianças, a mulher. (ABRÃO, 2001, p.162)

Marialzira relata que não demonstrou interesse por ser psicanalista de crianças, não obstante, sua atuação na área infantil. Mostra ainda uma divisão de gênero na demanda por psicanálise (adulto é analisado por homem; criança, por mulher) e a busca da personagem em escapar desse enquadramento na sua atividade profissional.

4. Considerações Finais

É interessante notar que, de um modo geral, mesmo quando não é comentada a participação feminina na construção de um novo saber, a mesma não pode ser descartada. No entanto, na maioria dos casos, devido à própria constituição das ciências ou da sociedade, a efetiva atuação das mulheres torna-se invisível, “extra-oficial”, abafada pelos “grandes nomes” de pesquisadores e profissionais homens.

Entendemos que não só os homens, e especialmente as mulheres, inventaram a psicologia que se instaurou no Brasil. Nosso intuito é, pois, apontar que a constituição de uma ciência se estrutura e se constrói atravessada por relações de poder (FOUCAULT, 1986), relações estas que, no caso específico da psicologia, possivelmente emergiram sob a forma de gênero.

Não obstante, um longo processo foi percorrido até que a mulher pudesse ocupar espaço na vida pública e profissional, e ainda assim, permanece muitas vezes à margem do reconhecimento de suas práticas, o que se verifica claramente na história da psicologia no Brasil.

Na COI, observamos que a prática da psicologia se restringia à aplicação de testes, cabendo o atendimento terapêutico aos médicos e psiquiatras de formação analítica, no bojo das pressões efetuadas por esses segmentos à época de manter a psicoterapia sob seus domínios.

Neste sentido, nosso objetivo é não apenas demonstrar a forte relação entre mulher, infância, psicologia e educação, mas principalmente apontar algumas condições que propiciaram a atuação feminina na psicologia e assim, resgatar, através do percurso destas mulheres e instituições, a relevância de sua atuação neste campo nascente, através da qual contribuiu decisivamente para a regulamentação da profissão no Brasil.

Referências

- ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. *A história da psicanálise de crianças no Brasil*. São Paulo: Escuta, 2001.
- AMARANTE, Paulo (org). *Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.
- BOURDIEU, P. O Campo Econômico. *Política e Sociedade*, n.6, abr. 2005.
- COSTA, J. F.. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- JACÓ-VILELA, A. M.; ESCH, C. F.; COELHO, D. A. M. & REZENDE, M. S. Os estudos médicos no Brasil no século XIX: contribuições à Psicologia. *Memorandum*, 7, 138-150. 2004. Retirado em 28/07/2008, do World Wide Web: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos07/jacovilela01.htm>
- JACÓ-VILELA, A. M.; MESSIAS, M. C. N.; OLIVEIRA, F. M.; ESPÍRITO SANTO, A. A.; CARNEIRO, F. D.; VALENTE, N. F.. Uma gestação silenciosa: a presença feminina nas instituições de psicologia no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. In: Ribeiro, M. A. T.; Bernardes, J.; Lang, C. E.. (Org.). *A produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em psicologia..* 1 ed. V. 1, pp. 231-266. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- LAQUEUR, T. W. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- MARIANI, M. C.. Educação e Ciências Sociais: O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. In: SCHWARTZMAN, Simon (org). *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982.
- MEAD, M. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 2006 [1935].
- MESSIAS, M. C. N. ; JACÓ-VILELA, A. M. ; SANTO, A. A. E. . "Construções" da mulher: do discurso médico à institucionalização da Psicologia. In: *Anais de Resumos e Trabalhos Completos do XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social- ABRAPSO*, Rio de Janeiro, 2007.
- NUNES, C. A escola reinventa a cidade. In: HERSCHMANN, M. M. & PEREIRA, C. A. M. (Org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- RUSSO, Jane Araújo. Raça, psiquiatria e medicina legal: notas sobre a “pré-história” da psicanálise no Brasil. *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, ano 4, n. 9, out. 1998.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Entrevistas realizadas

GABBAY, Rochelle. *Entrevista concedida a Camilla Felix Barbosa e Filipe Degani Carneiro*. Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia Clio-Psyché/ UERJ. Rio de Janeiro, 10/06/2009.

MANHÃES, M. *Entrevista concedida a Maria Cláudia Novaes Messias*. Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia Clio-Psyché/ UERJ. Rio de Janeiro, 28/01/2009.

PERESTRELLO, Marialzira. *Entrevista concedida a Camilla Felix Barbosa e Filipe Degani Carneiro*. Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia Clio-Psyché/ UERJ. Rio de Janeiro, 13/05/2009.